



## **Museus Comunitários: Repensando Desafios e Possibilidades na América Latina**

Kláutenys Dellene Guedes Cutrim-  
Profa. Dra. do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade  
da Universidade Federal do Maranhão  
Participante do Grupo de Pesquisa em Patrimônio Cultural  
da Universidade Federal do Maranhão  
kdguedes@yahoo.com.br

Conceição de Maria Belfort de Carvalho  
Profa. Dra. do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade  
da Universidade Federal do Maranhão.  
Participante do Grupo de Pesquisa em Patrimônio Cultural  
da Universidade Federal do Maranhão  
cbelfort@globocom

**Resumo:** A cultura não materializada, a retirada do objeto como principal figura nas exposições são a tônica principal para novos espaços museológicos, que surgem sobretudo a partir de 1960, a denominada museologia social. A proteção ao patrimônio imaterial alcançou patamares de mundialização com a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003). Os museus que já trabalham com a valorização da cultura popular tem na legislação da UNESCO uma ratificação das suas metodologias de ação. O estudo aqui apresentado é de cunho bibliográfico e documental (legislações pertinentes) é realizado através de resgate de informações por meio de livros, revistas, site de internet, e outros e tem como principal objetivo compreender o surgimento dessa museologia social e sobretudo dos museus comunitários na América Latina.

**Palavras-chave:** Museus Comunitários; Patrimônio Cultural; América Latina

**Abstract:** The unrealized culture, the withdrawal of the object as the main figure in the exhibitions are the main focus for new museological spaces, which arise mainly from 1960, the so-called social museology. Protection of intangible heritage has reached levels of globalization with the UNESCO Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage (2003). Museums that already work with the appreciation of popular culture have in UNESCO legislation a ratification of their methodologies of action. The study presented here is of a bibliographic and documentary nature (relevant legislation). It is carried out through the retrieval of information through books, magazines, internet sites, and others. Its main objective is to understand the emergence of this social museology and above all of community museums in Latin America.

**Keywords:** Community Museums; Cultural heritage; Latin America

## **Introdução**

Na busca pela preservação da memória percebe-se que muitos são os caminhos que podem ser percorridos. Recentemente, mudanças de paradigmas permitem que o elemento simbólico passe a ser valorizado para além do discurso explícito na materialidade da cultura e assim a imaterialidade contida em manifestações e também em objetos começa também a ser categorizada pela sua importância simbólica.

As transformações sociais proporcionaram as mudanças no conceito de patrimônio. Para Cutrim (2011) o patrimônio é um meio de transmissão das tradições culturais, um veículo de conservação de identidade e por isso os grupos e as nações devem manter cultivar, renovar seu patrimônio para codificar suas referências. Dessa forma, as relações de poder sempre permeiam a seleção do que pode ser “patrimonializado” em nossa sociedade. Surge daí as políticas de preservação, que constituem normas de regulamentação, de controle do sistema de preservação, que legitimam formas de perpetuação da memória.

O conceito de patrimônio cultural, e suas mudanças no decorrer do tempo, é um norteador para o entendimento dos vários direcionamentos que foram tomados na perspectiva da preservação da memória. Das Cartas Patrimoniais às convenções de salvaguarda do patrimônio cultural proposta pela UNESCO percebe-se um alargamento no sentido da preservação e no que deve ser preservado. A arquitetura e as grandes construções começam a dividir espaços também com espaços naturais e mais recentemente com a imaterialidade das manifestações culturais. Hoje, já é possível inserir no conceito de patrimônio os povos antes esquecidos, apagados, marginalizados – os povos de cultura afros, no Brasil, por exemplo. Isso decorre de inúmeras mudanças de paradigmas que aconteceram no campo das Ciências Humanas e Sociais, com o advento da globalização e o desenvolvimento da cultura de massa, fatores que instigaram a valorização da heterogeneidade do mundo por entendê-lo como uma grande aldeia, em que as diferenças são essenciais. Diante dessas transformações, o conceito de patrimônio também foi alterado.

As políticas de preservação patrimonial são fruto de um jogo de forças, trazem uma representação de passado e, portanto, de tempo, que é instaurada com vistas a projetar um efeito de continuidade, coesão e pertença de um povo. A UNESCO representa a universalização dessas políticas de preservação do patrimônio cultural e desde 1940 significados como o de bem cultural, patrimônio da humanidade, desenvolvimento cultural ou dimensão cultural do desenvolvimento são

estabelecidos e reestabelecidos nas Convenções da UNESCO e de modo particular em vários países do mundo.

Apresentamos nesse artigo uma reflexão sobre o patrimônio cultural imaterial e museologia comunitária partindo da museologia comunitária existente no Brasil e no México.

### **Museus Comunitários e a Preservação do Patrimônio Imaterial**

O reconhecimento das múltiplas identidades e das múltiplas maneiras dessas se fazerem representar é um fenômeno de certo modo recente. Por muito tempo houve uma supervalorização da produção industrial dos produtos feitos de maneira seriada sem nenhum tipo de identidade particular. Essa visão de mundo estava completamente vinculada à ideologia industrial/desenvolvimentista.

Em contrapartida, mas recentemente cresce um movimento de rebeldia a esse mundo sem face, busca-se o local, em oposição ao global que nos é colocado como modelo a ser seguido.

A partir da modernidade, segundo Berman (2007), iniciada no século XVI, o mundo passou a experimentar um intenso processo de fragmentação, de desilusão, uma problematização dos valores sagrados, em que a razão passa a ser imperiosa. A noção de progresso, nesse período, passa a ter enorme relevância. Extremamente cultivado desde o Iluminismo, o progresso leva a humanidade a problematizar os benefícios do desenvolvimento e o homem se põe a questionar até que ponto o desenvolvimento seria benéfico. Por isso, a memória surge como algo que deveria ser sustentado, caso se aspirasse por conservar certos aspectos da realidade.

O século XX, caracterizado por grandes turbulências, como as duas guerras mundiais, foi palco de inúmeras transformações que já se efervesciam desde o século XVIII: os valores científicos passaram, nesse momento, por profundas transformações entre elas destacam-se as mudanças em noções como as de patrimônio cultural, o conceito de História, que se modificam com o advento da Nova História, bem como a mudança da compreensão do papel do sujeito, na sociedade, aspectos que reconfiguram a relação museu/história/memória. Nesse contexto, os museus refletem efetivamente essas mudanças de paradigmas, sentidas, por exemplo, no próprio conceito do que seria um museu.

As considerações a respeito de patrimônio cultural, até o início deste século voltam-se totalmente para o patrimônio edificado, principalmente os que contivessem fatos históricos referentes a acontecimentos políticos considerados notáveis.

Na busca mais recente de um conceito de patrimônio cultural o monumento isolado foi sendo preterido pelo conjunto de monumentos no sentido de abranger outras manifestações que representam os modos de pensar, agir e sentir da humanidade. O artefato que possui valor de bem patrimonial guarda em si a representação de uma determinada época, comunidade ou mesmo de uma determinada moda.

Obviamente que além dos artefatos e de objetos tangíveis, a produção humana possui outros elementos que estão contidos em esferas não edificáveis, por exemplo, músicas, hábitos e costumes, vestuários, modos de falar, etc. Sendo assim, o patrimônio cultural inclui bens tangíveis e intangíveis oriundos de toda a vivência humana que pode ali materializar-se ou não, para representar as diversas culturas formadoras do complexo sociocultural.

A transformação da memória coletiva em patrimônio, em qualquer âmbito, inicia-se a partir da elaboração de uma escala de valores e termina com a determinação da sua sacralização. Este ato é forjado pela heterogeneidade de convicções, disputas e ideologias diversas. “Os patrimônios são constituídos a partir de processos de produção, apropriação, seleção e reelaboração simbólicas enquanto práticas sociais”. (FONSECA, 1997, p. 28)

Na perspectiva da preservação da imaterialidade aponta-se a Convenção do Patrimônio Imaterial que tem como prerrogativa principal a preservação e a transmissão do Patrimônio Cultural Imaterial- PCI de modo endógeno e exógeno. Na Convenção 2003, é determinado como PCI as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (art. 2.º)

A legislação brasileira de proteção ao patrimônio cultural imaterial se antecede à própria legislação da UNESCO através do decreto lei Decreto nº. 3.551, de 04 de agosto de 2000 que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

Percebe-se que as Convenções da UNESCO têm as suas discussões e deliberações pautadas em demandas, movimentos prévios e de cunho local que também acabam por ecoar a nível mundial.

Os museus não ficam imunes a esse processo que está acontecendo no trato da preservação patrimonial e a partir de 2004 vários encontros de especialistas começam a acontecer no intuito de refletir sobre as possibilidades da aplicação desse novo entendimento acerca do patrimônio imaterial e como este poderia ser aplicado aos museus. Para Carvalho (2011) a Carta de Shanghai, documento oriundo da 7.<sup>a</sup> Assembleia Regional da Ásia e Pacífico do ICOM, propõe algumas recomendações para os museus no sentido de contemplar a imaterialidade dos patrimônios. Entre várias recomendações estão à interdisciplinaridade na abordagem dos variados tipos de patrimônios (móvel, imóvel, material e imaterial, natural e cultural) e a implementação de projetos de inventário que incluam a participação das comunidades.

Mas como efetivamente levar todas essas reflexões a respeito do trato do patrimônio imaterial para dentro (ou fora) dos museus? A valorização dos elementos indenitários através dos museus e a busca pela intercessão ente materialidade e imaterialidade dentro desses espaços nos remetem à nova museologia cujo modo de lidar com o patrimônio cultural seja tangível ou intangível se aproxima muito mais da comunidade.

A museologia comunitária surge a partir da necessidade de ter a comunidade compreendendo e analisando a si mesmo na busca pelo resgate da memória coletiva através da valorização do potencial cultural e natural das comunidades. Em um museu comunitário a memória assume o papel de protagonista na contagem de história na sua recriação e reinterpretação. Ansaldi nos aponta que, “nada pode viver com uma brutal amputação da memória”, todos são quem é porque lembramos quem somos e, portanto, devemos elaborar nossa própria memória. O museu comunitário pode ser um instrumento na reelaboração dessa memória para buscar o antes o início o porquê para reconfigurar dentro do contexto o significado dos acontecimentos. No museu comunitário a ideia é que sejam firmados os valores descobertos por essa comunidade e que sejam contados da maneira como a comunidade assim decidir. O museu comunitário deve ser um instrumento para a construção de seres coletivos.

A Construção da coletividade perpassa por um autoconhecimento que pode se dar através de levantamento de histórias, de recolhimento de objetos, fotografias e desenhos da realização de entrevistas que possibilitem a descoberta do olhar dessa comunidade sobre ela mesma.

Ser o sujeito do processo é a condição natural do homem como ressalta Paulo Freire, em suas análises o homem é sujeito porque é um ser de relações, capaz de refletir, de fazer crítica, de ser

consciente de sua historicidade, de optar, de criar e transformar a realidade no itinerário das descobertas das suas potencialidades.

No dizer das autoras Teresa Morales Lersche e Cuauhtémoc Camarena Ocampo (2004), o museu é sempre uma interpretação da vida, uma seleção específica e significativa da realidade. Quando não colocamos essa apreciação logo de saída, existe o perigo de ocultar a interpretação e o autor da interpretação.

Na memória reside a vitalidade da qual se fazem guardiões os grupos humanos vivos, a sua evolução permanente está sujeita à relação dialética entre o lembrar de e o esquecer, inconsciente das suas deformações sucessivas vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e de súbitas revitalizações Nora (1984).

A memória de uma coletividade além dos artefatos e de objetos tangíveis possui outros elementos que estão contidos em esferas não edificáveis, por exemplo, músicas, hábitos e costumes, vestuários, modos de falar, etc. Sendo assim, o patrimônio cultural inclui bens tangíveis e intangíveis oriundos de toda a vivência humana que pode ali materializar-se ou não, para representar as diversas culturas formadoras do complexo sociocultural.

Bourriaud (2011) diz que: no século passado, o futuro era o modelo de leitura do presente, hoje, talvez o passado seja o modelo de leitura. Isto ocorre por conta da padronização do planeta que apaga a memória, e a melhor forma de lutar contra isso é não voltar ao passado, mas ler o passado no presente, buscar novos itinerários no passado.

A América Latina adaptou-se de modo bastante compreensível a essa nova perspectiva onde o patrimônio tido como digno de ser preservado e exposto em um museu ultrapassava as fronteiras do valor, sobretudo, atrelado ao legado europeu. O aspecto político, a opressão histórica são fatores que não podem ser desprezados no entendimento da museologia comunitária.

Dentro da realidade brasileira podemos fazer um recorte ainda mais contundente e considerar que a museologia comunitária tem nos trazido respostas mais completas nesse sentido. No museu comunitário a ideia é que sejam firmados os valores descobertos por essa comunidade e que sejam contados da maneira como a comunidade assim decidir. O museu comunitário deve ser um instrumento para a construção de seres coletivos e essa construção não pode se distanciar, dentro dos museus, do patrimônio cultural imaterial dessa comunidade.

O patrimônio imaterial, até então colocado em segundo plano, ganha expressividade no trato desse novo paradigma. A Recomendação de Paris de 1989 – UNESCO já coloca a cultura como conjunto de criações que emanam da uma coletividade, fundadas na tradição e expressas por um grupo ou por indivíduos, e que reconhecidamente respondem as expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social. Suas formas compreendem entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, jogos, mitologia, rituais, os costumes, artesanatos entre outras artes.

O modelo mexicano de museologia comunitária talvez seja o que mais se aproxima da desse desfecho esperado onde as culturas, mesmo as ditas não dominantes, conseguem interpretar-se e mostrar-se a si mesma, ao seu tempo e a tempos futuros. De acordo com Oliveira (2015) a museologia comunitária no México foi o resultado de dois projetos museológicos implantados logo após a Mesa Redonda de Santiago: o projeto “A Casa do Museu” dirigido por Mario Vázquez e os “Museus Escolares”.

O México foi um protagonista na valorização da etnicidade através do fazer museal e isso pode ser entendido de modo mais claro quando entendemos o contexto político em que surgiu a museologia comunitária em território mexicano e a força que lhe foi atribuída. Para Maya Ruyz (2008) os movimentos da nova museologia surgiram como uma crítica a ideologia e política dominantes na época.

Tanto para o México como para o Brasil os museus comunitários representam uma possibilidade de mudança social preenchendo uma lacuna principalmente em locais e comunidades até então vistos como improváveis ou até mesmo impossíveis atores nesse processo. Como disse Varine (2014) “Um museu “normal” tem um objetivo oficial: servir ao conhecimento e à cultura. Um museu comunitário tem outro objetivo: servir à comunidade e ao seu desenvolvimento”.

### **Museologia na Periferia**

Com as modificações advindas nas décadas 1950 e 1960 e que se consolidaram na museologia a partir da década de 1970, é possível entender que a museologia comunitária tem na legislação que protege os bens imateriais uma aliada no processo de preservação cultural de comunidades que não podem atribuir ao objeto museal o papel de protagonista no contar de suas

histórias.

Nesse sentido o grupo de Pesquisa e Pesquisa em Patrimônio Cultural buscou desenvolver experiências que referendassem o papel da museologia em locais que tradicionalmente foram aliados do direito de ter orgulho da sua cultura e da sua história. De modo ainda incipiente estamos enveredando por esses caminhos buscando entender a realidade da América Latina como um todo para então fazermos conjecturas que nos possibilitem elucidar as questões da museologia comunitária e assim contribuir para a transformação da nossa realidade.

Trazemos o resultado, de modo resumido, de uma pesquisa denominada Museu Comunitário: histórias de vidas na Vila Embratel proposta pelo Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão, com financiamento do CNPq, com o objetivo de identificar na comunidade os moradores mais antigos para um resgate de suas memórias, catalogar objetos que tenham especial significado, ampliar as informações acerca das manifestações culturais existentes, entender a relação que possa existir dessas manifestações culturais e seus lugares de origem, visto que grande parte dos moradores da Vila Embratel é oriunda do interior do estado do Maranhão e até mesmo de comunidades quilombolas. O resultado desta pesquisa vislumbrou a possibilidade de construção pela própria comunidade de um museu comunitário, cujo maior componente seja a memória.

Entendendo-se que o método de pesquisa que melhor se adéqua para essa tarefa é o de viés qualitativo (MINAYO, 1999; GOLDEMBERG, 1998) com a utilização das seguintes técnicas qualitativas: a revisão bibliográfica, a pesquisa documental, a observação participante, as entrevistas e a utilização de fotografias e filmagens. Para fins desse artigo em tela recortamos do relatório enviado ao CNPq apenas as questões mais pertinentes ao patrimônio imaterial da Vila Embratel no que tangue as manifestações culturais.

Os caminhos percorridos pela pesquisa buscaram elucidar as memórias dos moradores da Vila Embratel e assim contribuir com a formação do seu museu comunitário. A memória coletiva, ela é o que dá identidade a um povo. A cultura funda a identidade. Reconhecer-se como membro de uma comunidade, implica ter em si registros históricos daquela comunidade. O homem, enquanto ser localizado no espaço e no tempo tem uma necessidade intrínseca de reviver o passado no presente, pois ele, enquanto ser simbólico precisa reconhecer a si mesmo, aos outros e aos lugares que habita Cutrim (2015).

As inúmeras histórias que se entrelaçam nas memórias dos mais antigos possuem um denominador comum a todos que é a dedicação e a vontade de ver o bairro prosperar. Tais indicadores podem ser facilmente identificados a partir da fala de todos os entrevistados que sempre pontuam aspectos ligados a luta pela sobrevivência e também o prazer que é viver naquela comunidade que eles ajudaram a construir, apesar das grandes dificuldades existentes até hoje.

É possível identificar também a grande ligação que existe entre os moradores mais antigos e as representações religiosas (católicas, evangélicas e de matrizes africanas). Essa ligação tão forte com as questões religiosas vai refletir sobremaneira nas manifestações culturais identificadas no bairro. É possível concluir também que o bairro, com o seu ranço de violência e descaso por parte do poder público, não se entrega ao conformismo e as lutas iniciadas pelos primeiros moradores persistem através dos líderes comunitários atuais que em alguns constata-se que são os mesmos moradores.

Na busca de materialidades e imaterialidades que pudessem contribuir resultado dessa pesquisa percebemos que todas essas histórias e pessoas são passíveis de serem representadas em um espaço museal. Os artefatos, as histórias as lutas, as vitórias, as derrotas os locais que serviram de marco nesse processo de formação desse bairro, na vida dessas pessoas tudo isso é muito digno de ser repassado para as gerações que talvez não (re) conheçam o valor dos seus ascendentes.

### **Considerações Finais**

As legislações pertinentes ao processo da salvaguarda do patrimônio imaterial se efetivaram a partir de mudanças de paradigma que vieram se construindo desde a década de 60 do século XX e que resultaram em uma ampliação do conceito de patrimônio cultural, passando esse a ser visto sob um olhar antropológico possibilitando, portanto que outros bens simbólicos, de natureza intangível, passassem a ser também passíveis de reconhecimento.

Atender a essas demandas que hoje chegam aos museus não é uma tarefa fácil. Conseguir ampliar o sentido da preservação também para as imaterialidades requer um grande esforço de todos os participantes do universo museal. O processo de adaptação nessa intangibilidade, até mesmo de ideias que povoam as discussões da museologia, acontece de modo ainda incipiente.

O trabalho até então pautado na materialidade do patrimônio sob a guarda do museu tende a

ser estendido ao intangível que esta implícita no discurso silencioso dos artefatos, ou nem mesmo aí, mas somente nas manifestações representativas das diversas facetas indenitárias de um povo.

Os museus, em todo o mundo, apresentam características muito distintas em suas diversas tipologias então é importante atentar para o fato de que talvez nem todos consigam desenvolver o seu trabalho pautado nessas recomendações que buscam preservar os patrimônios imateriais.

A nova museologia ou sociomuseologia como alguns preferem colocar, mostra-se com uma alternativa viável para a preservação dos bens intangíveis dentro dos museus. No caso brasileiro podemos colocar que a museologia comunitária já desenvolve algumas experiências orientadas pelas recomendações contidas Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial e, no âmbito nacional, no Decreto nº. 3.551, de 04 de agosto de 2000.

Trouxemos aqui uma reflexão baseada na assertiva de que os museus comunitários podem ser aliados no processo de preservação do patrimônio imaterial. Compreendemos que o valor da imaterialidade, principalmente em comunidades carentes, é bastante significativo e que lutar pela sua preservação pode contribuir para diminuir o apagamento de histórias, identidades cujo registro mais forte e às vezes único, está presente na imaterialidade do seu patrimônio cultural.

## REFERÊNCIAS

### Livros

ANSALDI, Wando. La Memória, El olvido y El Poder. In: Cidade e Memória na Globalização. POSSAMAI, Zita; ORTIZ, Vitor (organizadores). Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2002. P. 27-56.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOURRIAUD, Nicolas. *Radicante*: por uma estética da globalização. Tradução Dorothée de Bruchard. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Coleção Todas as Artes).

FONSECA, Maria Cecília Londres. Patrimônio em processo: trajetória da política federal da preservação no Brasil. Rio de Janeiro, UFRJ/MINC/IPHAN, 1997.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar*. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, 1993.

MINAYO, Maria de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo:



Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

OCAMPO, Cuauhtémoc Camarena; LERSCH, Teresa Morales. Los museos comunitários como una estratégia de desarrollo y conservación. Vitor. Cidade e memória na globalização.

In: POSSAMAI, Zita Rosane; ORTIZ, Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal de cultura, 2002.

### Artigos publicados em periódicos

CARVALHO, Ana. 2011. Os Museus e o Patrimônio Cultural Imaterial. Algumas Considerações. In **Ensaio e práticas em museologia**, ed. Alice Semedo e Patricia Costa, 73 – 100. Porto: Universidade do Porto. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8935.pdf>. Acessado em 14/10/2015, as 20h.

CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. ; CARVALHO, C. M. B. . Turismo, museologia comunitária e economia criativa: um olhar sobre o projeto: Museu Comunitário: Histórias de vida da Vila Embratel- MA. Revista Brasileira de Ecoturismo, v. 8, p. 500-517, 2015.

PRIMO, Judite Santos. **Declaração de Caracas. Cadernos de Sociomuseologia: museologia e patrimônio: Documentos Fundamentais**. Lisboa. Universidade de Lusófona n 15,1999. Disponível em <http://recil.grupolusofona.pt>. acesso em 12/03/2013, as 14h.

### Teses e Dissertações

CUTRIM, K. D.G. **Patrimônio da Humanidade: a edificação discursiva da cidade de São Luís nas políticas de preservação do Estado**. 2011. Tese (Doutorado), Araraquara-SP: UNESP, 2011.

OLIVEIRA, P. M. B. T. de. **Apropriações e Invenções: a experiência dos museus comunitários do México (1958-1993)**. 2015. 187f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

### Outros

**BRASIL**. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/legislac/decreto3551.htm>. Acesso em: 30 agosto de 2015.

RUIZ, Maya Lorena Perez. La Museologia Participativa. Terceira Vertente da Museologia Mexicana? Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org>. Acesso em 09 de jul.2014

**UNESCO**, Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, França, 17 de outubro de 2003. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006, Disponível em [do?id=4718](http://unesdoc.unesco.org/doi/10.7927/4718)>, Acesso em 23 de novembro de 2014.

VARINE, Hugues. O museu comunitário é herético? Disponível em: <http://www.abremc.com.br/artigos1.asp?id=7>>. Acesso em: 15 nov. 2014.